PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO CAMPO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Luciana Batista De Matos
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Itapetinga, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0007-7695-4598
Endereço eletrônico: 2026m0135@uesb.edu.br

Kergilêda Ambrósio de Oliveira Mateus
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Itapetinga, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3421-3541.
Endereço eletrônico: kmateus@uesb.edu.br

Palavras-chave: práticas pedagógicas; inclusão; EJA.

INTRODUÇÃO

Este estudo parte da indagação sobre as práticas pedagógicas na EJA do Campo, compreendendo que elas devem transcender a mera alfabetização mecânica. Defende-se uma práxis que promova a emancipação educacional, política e crítica dos estudantes, formando sujeitos autônomos e transformadores de sua realidade. Nesse contexto, o ato de ler deve alinhar à criticidade, superando a decodificação desprovida de significado, pois, como aponta Martins (1982, p. 34), "[...] aprender a ler significa também aprender a ler o mundo, dar sentido a ele e a nós próprios, o que, mal ou bem, fazemos mesmo sem ser ensinados".

Nesse contexto, a alfabetização na EJA do Campo exige compreender as complexidades sociais e decodificar as estruturas que geram a exclusão escolar. Como preconiza Paulo Freire (1988, p. 9), "o camponês descobre que, tendo sido capaz de transformar a terra, ele é capaz também de transformar a cultura, renasce não mais como objeto dela, mas também como sujeito da história". Refletir sobre essa realidade é um direito respaldado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), que em seu Artigo 37 assegura que a Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade

própria, constituindo um direito público subjetivo.

A partir dessas premissas, esse estudo estabeleceu o seguinte problema de pesquisa: de que maneira práticas pedagógicas fundamentadas na criticidade podem potencializar a percepção crítica dos estudantes da EJA do Campo frente às desigualdades estruturais que atravessam suas vivências sociais? Outrossim, este estudo se justifica pela necessidade histórica e social de compreender a educação de jovens e adultos no campo como um processo formativo contínuo, ao se alinhar a práticas pedagógicas críticas, tal processo pode potencializar a visão de mundo dos estudantes, além de fomentar a compreensão sobre as desigualdades sociais que contribuem para a evasão escolar.

O objetivo geral deste trabalho é analisar, por meio da literatura científica, como as práticas pedagógicas na EJA do Campo podem superar o viés tecnicista da alfabetização e promover a emancipação crítica dos discentes. Como objetivos específicos, busca-se: Discutir o papel da leitura e da escrita sob a ótica da pedagogia crítica; identificar os fatores estruturais que provocam a exclusão e a evasão escolar no campo; examinar o amparo legal da EJA no ordenamento jurídico brasileiro.

METODOLOGIA

No que se refere aos aspectos metodológicos, este trabalho adotou uma abordagem qualitativa por meio de pesquisa bibliográfica. Segundo Brandão (2001, p. 13), a pesquisa qualitativa busca interpretar os fenômenos a partir dos significados que as pessoas atribuem às suas experiências. Para sustentar essa análise, o estudo fundamentou-se estritamente em fontes secundárias, como livros e artigos científicos. Conforme aponta Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica utiliza material já elaborado, o que justifica a escolha por esse delineamento, dispensando a pesquisa de campo para concentrar o esforço investigativo no mapeamento e exame crítico do referencial teórico disponível.

A dialogicidade entre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação do Campo

A compreensão dos processos educativos perpassa a dinâmica de que os espaços de aprendizagem extrapolam os limites da sala de aula tradicional. Conforme postula Brandão (1982), o sujeito aprende em locais diversos, o que significa que o desenvolvimento do indivíduo ocorre em múltiplos contextos sociais, culturais e cotidianos. Sob essa perspectiva,

o educando não ingressa na instituição escolar vazio desprovido de saberes, pelo contrário, ele já adentra o espaço escolar carregando consigo um vasto repertório de conhecimentos legítimos adquiridos empiricamente ao longo de sua trajetória de socialização e de sua vivência comunitária.

No cenário da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas escolas do campo, esse estudo torna-se ainda mais urgente, a prática pedagógica voltada para esses sujeitos deve, obrigatoriamente, ser descentralizada e atenta às suas especificidades culturais e produtivas. Arroyo (2012, p. 359) enfatiza "a relevância de compreender as trajetórias de vida dos sujeitos do campo, reconhecendo suas experiências e saberes como elementos fundamentais na construção de práticas significativas". Portanto, valorizar o saber camponês é indispensável para construir uma escola que faça sentido para o educando, atuando diretamente na sua permanência e no combate aos históricos índices de evasão escolar.

Complementando esse debate, Caldart (2004, p. 259) destaca que a Educação do Campo não deve ser uma "mera adaptação do modelo urbano", mas sim construída a partir da realidade local. Assim, as práticas pedagógicas devem se alinhar à cultura e aos saberes dos educandos. Sob essa ótica, Silva (2017, p. 48) afirma que a escola precisa se abrir a novos métodos que resgatem a cultura nas propostas curriculares, consolidando-se como um espaço inclusivo. Para viabilizar essa práxis, Molina (2014) reforça que as políticas públicas são fundamentais, pois devem garantir a formação docente e um currículo que de fato faça sentido para a realidade do sujeito do campo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados alcançados por meio da presente revisão bibliográfica apontam que os estudantes da EJA do campo já possuem um rico repertório cultural e existencial ao adentrarem a sala de aula. Esse dado dialoga diretamente com as formulações de Brandão (1982), ao pontuar que o sujeito aprende em diversos contextos sociais. Diante disso, Arroyo (2012) afirma ser necessário compreender as trajetórias e histórias de vida dos educandos para definir as melhores metodologias de ensino, garantindo práticas educativas que valorizem a identidade desses sujeitos.

No que tange à construção dessa identidade, Molina (2014) e Silva (2017), ressalta que o campo precisa desenvolver metodologias próprias, distanciando de modelos educativos

urbanocêntricos. Sob essa ótica, Martins (1982) defende que o ato de ler ultrapassa a mera decodificação de sinais gráficos; trata-se de desenvolver a habilidade de ler o mundo, nesse sentido, a leitura se confunde com a própria identidade do sujeito, pois o aprendizado se torna um processo de conscientização. A autora ressalta, ainda, que mesmo o estudante não inserido no universo da cultura letrada formal possui um vasto conhecimento prévio que precisa ser acolhido e valorizado pelo espaço escolar.

Essa perspectiva encontra total respaldo em Caldart (2012), ao defender que a Educação do Campo se constrói na afirmação dos trabalhadores como sujeitos de seu próprio desenvolvimento, onde a escola deve ser um espaço de cultivo da cultura e da identidade camponesa. Articulando a isso, as contribuições de Paulo Freire reafirmam que, por meio de um processo educativo verdadeiramente libertador, o sujeito "renasce" como um novo homem não mais submisso, mas consciente de sua capacidade de transformar a si mesmo e o espaço ao seu redor.

Ao passar por essa experiência, o camponês percebe que a cultura não está restrita aos manuais urbanos, mas pulsa em suas próprias tradições, festas e técnicas agrícolas, descobrindo como produtor de cultura e não apenas como um receptor passivo. Contudo, para que essa práxis se consolide, Molina (2014) reforça a urgência de políticas públicas que valorizem efetivamente a identidade camponesa e invistam na formação continuada dos docentes, sendo este o único caminho para se alcançar uma educação genuinamente emancipatória e crítica.

CONCLUSÕES

O referido trabalho alcançou o objetivo geral ao confirmar, por meio da literatura, que quando a leitura é ancorada na criticidade, ela se torna uma ferramenta fundamental para a emancipação do sujeito, mostrando que as práticas pedagógicas podem superar o modelo tradicional. Evidenciou, que quando essas práticas são cruzadas com a valorização do conhecimento prévio dos alunos, a educação se torna mais inclusiva. Sob a ótica da pedagogia crítica, os objetivos específicos evidenciaram que a leitura é uma ferramenta essencial para a construção, valorização da identidade e libertação social.

Por outro lado, ao analisar os fatores estruturais, fica evidente que o abandono escolar não é uma escolha do estudante, mas sim o resultado da não implementação de políticas

públicas e de um processo histórico de exclusão, marcado pela falta de transporte, pela necessidade do trabalho e pela falta de formação continuada do professor. Ademais, embora a legislação apresente um discurso de igualdade para todos, a EJA no campo ainda passa por sérias fragilidades em sua execução. Conclui, que a efetivação de uma educação do campo emancipatória e crítica depende impreterivelmente de investimentos macroestruturais em políticas públicas e na formação continuada dos docentes.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. **Ofício de mestre**: imagens e autoimagens. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. **Lei nº 9.394/ 1996 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em:(04/07/2026)

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CALDART, Roseli Salete. **A escola do campo em movimento**. Petrópolis: Vozes, 2004.

MARTINS, M. H. **O que é leitura.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponívelem:https://www.uece.br/wpcontent/uploads/sites/91/2021/09/gil_como_elaborar_projeto_de_pesquisa.pdf. Acesso em: 1 jul. 2026.

MOLINA. Mônica Castagna**. Educação do campo e práticas emancipadoras.** Brasília: MDA, 2014.

SILVA, A.; COSTA, E. (Orgs.). **Livro didático:** olhares dialógicos. Campinas, SP: Pontes

Editotes, 2017. 169 p .

UNESCO. Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos: Agenda para o Futuro. Brasília: UNESCO, 1998. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/images/0011/001161/116114por.pdf . Acesso em: 3 jul. 2026.